



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA APARECIDA VIEIRA DA CRUZ

**O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DA CIDADE DE
REMIGIO/PB: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

CAMPINA GRANDE – PB

2016

MARIA APARECIDA VIEIRA DA CRUZ

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DA CIDADE DE
REMIGIO/PB: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba como requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Me. Thereza Karla de Souza Melo

CAMPINA GRANDE – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C957e Cruz, Maria Aparecida Vieira da
O estágio supervisionado em serviço social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Remigio/PB: relato de experiência [manuscrito] / Maria Aparecida Vieira da Cruz. - 2016.
30 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Thereza Karla de Souza Melo, Departamento de Serviço Social".

1. Assistência Social. 2. CRAS. 3. Violência familiar. 4. Serviço social. I. Título.

21. ed. CDD 362.829 2

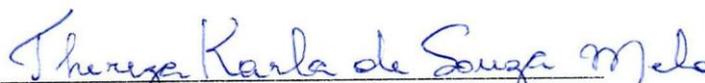
MARIA APARECIDA VIEIRA DA CRUZ

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DA CIDADE DE
REMIGIO/PB: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba como requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharela em Serviço Social.

Aprovada em: 16/12/2016.

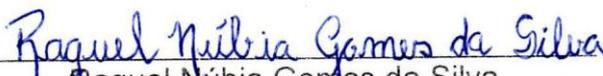
Banca Examinadora



Profª. Me. Thereza Karla de Souza Melo
Departamento de Serviço Social/UEPB
(Orientadora)



Profª Me. Patrícia Crispim Moreira
Departamento de Serviço Social/UEPB
(Examinadora)



Raquel Núbia Gomes da Silva
Assistente Social do CRAS – Remígio (PB)
(Examinadora)

CAMPINA GRANDE – PB

2016

DEDICATÓRIA

Ao meu Deus, meu porto seguro, que sempre esteve ao meu lado nos momentos de alegria e tristeza nesses cinco anos de muita luta.

Ao meu filho Junior, razão da minha vida e que sempre esteve me apoiando para que este sonho se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus por ter me proporcionado que retornasse à universidade após tantos anos, acompanhando-me passo a passo nesses cinco anos.

Ao meu filho Junior e minha nora Karine que estiveram sempre ao meu lado incentivando a não desistir diante das dificuldades.

A minha sobrinha Jéssica que sempre me ajudou na digitação dos trabalhos com sua paciência.

Aos meus familiares e amigos que estiveram sempre na torcida para que este sonho se tornasse realidade, em especial ao meu irmão Nelson (em memória) que me ajudou nas tarefas domésticas para que eu conseguisse me dedicar aos estudos.

Às amigas do curso e estágio Nilda e Suelene, que sempre estiveram comigo em todos os momentos ajudando, orientando, também a amiga Ligia que ficou conosco algum tempo, às três devo o meu carinho. Essas foram extremamente importantes na minha carreira acadêmica e na minha vida por termos nos tornado amigas para sempre.

A toda a turma pelos momentos que passamos juntos na alegria e nos momentos difíceis e que ajudaram direta e indiretamente.

A todos os professores que contribuíram para o meu conhecimento acadêmico, em especial à minha orientadora Thereza Karla e a banca nas pessoas de Raquel e Patrícia.

Às minhas orientadoras de campo, Juliana Viegas e Raquel Núbia, que repassaram todo o conhecimento profissional para melhor entender o trabalho do assistente social na área da assistência social.

SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MPAS – Ministério da Previdência Social

NASF – Núcleo de Apoio de Saúde da família

PAA – Programa de Aquisição de alimentos

PAIF – Programa de Atenção Integral às Famílias

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PRONATEC – Programa Nacional ao Ensino Técnico e Emprego

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS	10
3. CONHECENDO O CRAS DE REMÍGIO (PB) ENQUANTO CAMPO DE ESTÁGIO DO SERVIÇO SOCIAL	14
4. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO E O PROJETO DE INTERVENÇÃO	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
ABSTRACT	23
REFERÊNCIAS	23
ANEXOS.....	24

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DA CIDADE DE REMÍGIO/PB: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Aparecida Vieira da Cruz

RESUMO

O presente trabalho é fruto das experiências vivenciadas durante o componente curricular Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do município de Remígio/PB. A experiência de estágio nos permitiu uma aproximação mais sistemática da atuação do assistente social, possibilitando apreender no cotidiano institucional as principais demandas e alguns dos desafios enfrentados pelo profissional. Considerando que uma das principais demandas que se apresentavam no CRAS dizia respeito à violência familiar, nosso grupo de estágio formulou um projeto de intervenção que foi implementado tanto no referido CRAS quanto no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV. A justificativa da escolha do tema se deu pelo fato do CRAS pode ser considerado como espaço privilegiado de discussão sobre os aspectos da violência familiar, e, sobretudo, um espaço que atua por meio da proteção social básica, objetivando a prevenção de situações de riscos. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, objetivando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Neste trabalho inicialmente apresentamos o CRAS inserido na Política Nacional de Assistência Social, em seguida caracterizamos o CRAS de Remígio. Posteriormente apresentamos nossa experiência de estágio e o projeto de intervenção desenvolvido, que objetivou divulgar para o público alvo os aspectos da violência familiar, no intuito de que este possa estar prevenido, protegido, e preparado para buscar meios de apoio quando necessário.

Palavras Chaves: Assistência Social. CRAS. Violência Familiar.

1. INTRODUÇÃO

A consolidação da Assistência Social como Política Pública, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a aprovação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, contribuiu para o reconhecimento dos direitos universais básicos e especiais destinados a quem necessitar, expondo a importância de um sistema de universalidade e seletividade, definindo e organizando elementos para a execução da assistência social.

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é uma unidade pública responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica da assistência social, que tem como objetivo a prevenção das diversas formas de situações de risco e vulnerabilidade social, atuando por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É o espaço onde os serviços de proteção social básica são executados de forma direta e articulada com outras redes intersetoriais.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar o Projeto de Intervenção implementado durante a experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, realizada no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS da cidade de Remígio/PB. O referido projeto teve por tema a violência familiar, sendo denominado: “Discutindo a violência familiar com os grupos do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV da cidade de Remígio/PB”.

O projeto foi desenvolvido nos grupos referenciados pelas já citadas instituições uma vez que a proteção social básica deve ser organizada de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos sócio assistenciais e sua defesa, assim como também a prevenção das situações de vulnerabilidade social, sendo uma destas a violência familiar.

A escolha pelo tema foi motivada pelos casos de violência que chegavam ao conhecimento do CRAS, o que nos levou a elaborar um projeto através do qual a temática pudesse ser debatida junto às usuárias do CRAS e do SCFV.

A violência familiar é compreendida como todo tipo de violência que é praticada entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum, podendo ocorrer entre indivíduos de laço sanguíneo, como pais e filhos, ou indivíduos com vínculos civis, como marido e esposa, sogra e genro. A violência familiar pode ser exercida de várias formas, sendo elas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Ressalva-se que muitos casos de violência familiar ocorrem devido ao consumo de álcool e outras drogas, e também podem ser motivados por sentimentos de fúria, ciúmes, possessão, amores não correspondidos, entre outros fatores.

É compreensível a percepção de que nos últimos anos a violência familiar adquiriu uma dimensão ampla de problema social, e sendo bem mais abrangente que um problema moral, ela é vista como um problema de saúde pública, visto que se trata da violação da saúde física e mental de outro indivíduo.

O CRAS pode ser visto como espaço privilegiado de discussão sobre os aspectos da violência familiar, e, sobretudo, um espaço que atua por meio da proteção social básica, objetivando a prevenção de situações de riscos. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social e tem o objetivo de favorecer o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Observa-se, pois, que o contexto social referenciado pelos grupos do CRAS e o SCFV tem sido um importante espaço para veicular informações referentes à violência familiar que atinge os usuários. Desta maneira, o CRAS insere-se como sendo local privilegiado de implementação de políticas públicas, que promovam o bem-estar dos indivíduos, e ao mesmo tempo é considerado local de construção de identidade dos sujeitos, por ser visto como instituição responsável pela efetivação de direitos. Neste sentido, com este projeto pretendeu-se que os serviços de proteção social básica e a prevenção das situações de vulnerabilidade social possam ser amplamente divulgados nos grupos do CRAS e SCFV.

A problemática da violência familiar atualmente tem ganhado grande visibilidade, devido a várias alterações jurídicas, e deste modo, as denúncias passaram a ter um aumento significativo, como também, houve maior preocupação da sociedade na prevenção, visto que as incidências de situações concretas de violência familiar não devem ser ignoradas de modo nenhum. Nesse sentido, esperamos que o referido trabalho possa contribuir para a reflexão sobre o tema.

2. O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

A Assistência Social no Brasil em sua totalidade apresenta uma trajetória de muitas lutas de profissionais e movimentos sociais no que se refere à

garantia de direitos socioassistenciais, e como fruto destas lutas a Assistência Social é promulgada como política pública na Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro de 2003. A Lei Orgânica da Assistência Social constituiu um grande avanço nas políticas públicas do país. Impulsionada pelo caráter democrático da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passou a fazer parte do tripé da Seguridade Social, sendo uma política não contributiva de direito do cidadão que dela precisar.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS é um Sistema Público compreendido como sendo um constituinte muito bem organizado e regularizado das ações socioassistenciais, ou seja, o SUAS organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil e, deste modo, funciona como a organização de uma rede de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades que estão organizadas por níveis de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

O SUAS é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. E, por meio de um modelo de gestão participativa, o SUAS articula recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, envolvendo diretamente a união, os estados e municípios.

Destacamos que os serviços, programas e benefícios desenvolvidos nas ações do SUAS tem como objetivo atender às famílias, seus membros e indivíduos, com foco no desenvolvimento das potencialidades de cada um e no fortalecimento dos vínculos familiares.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS):

O SUAS, ao eleger a matricialidade sociofamiliar como uma de suas bases estruturantes, organiza toda a rede socioassistencial para o apoio às famílias, a fim de assegurar a toda a população o direito à convivência familiar, seguindo o pressuposto de que para a família prevenir, proteger e manter seus membros é necessária a ação efetiva do poder público. O CRAS, assim, considera a família como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização à participação e ao protagonismo social, ou

seja, como um vetor de mudança da realidade social (2009, p. 13).

Ainda segundo a percepção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a família não deve ser compreendida como instância de homogeneidade e livre de conflitos:

A assistência social também compreende a família como um espaço contraditório, marcado por tensões, conflitos, desigualdades e, até mesmo, violência. Nessa direção, ao eleger a matricialidade sociofamiliar como eixo do SUAS, a família é enfocada em seu contexto sociocultural e econômico, com composições distintas e dinâmicas próprias. Essa compreensão busca superar a concepção tradicional de família, o modelo padrão, a unidade homogênea idealizada e acompanhar a evolução do seu conceito, reconhecendo que existem arranjos distintos, em constante movimento, transformação (2009, p. 12).

Sendo assim, o CRAS deve contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitário, efetivando o acesso aos direitos socioassistenciais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania e o acesso a serviços setoriais, assim como deve ter uma articulação entre diferentes organizações, incidir no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamento entre os CRAS e as demais unidades de proteção básica do território.

Dentre os níveis que correspondem as ações do SUAS, destaca-se a Atenção Básica que atua em específico com a população em situação de vulnerabilidade social e tem como objetivo primordial prevenir as situações de risco por meio de ações que atuam desenvolvendo as potencialidades e aquisições para que sejam prevenidas situações em decorrência da pobreza, privação, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos relacionais, sendo estas discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiências.

Estes serviços e benefícios realizados por meio da rede de proteção básica são desenvolvidos nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Por este motivo comumente se diz que o CRAS é a porta de entrada da Assistência Social. Diante deste contexto o CRAS é caracterizado como sendo

uma unidade pública estatal, localizada em áreas de vulnerabilidade social e que atua realizando serviços de proteção social básica, na expectativa da prevenção e minimização e/ou superação das desigualdades sociais, e ainda atua organizando e coordenando a rede de serviços sócios assistenciais de determinadas localidades.

O Ministério do desenvolvimento social conceitua o CRAS da seguinte forma:

O CRAS é, assim, uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia das demais, pois além da oferta de serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. Esta última função demanda do CRAS um adequado conhecimento do território, a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e o gerenciamento do acolhimento, inserção, do encaminhamento e acompanhamento dos usuários no SUAS (2009, p.10).

Nesse sentido, podemos perceber que o CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

São objetivos esperados pela Instituição CRAS:

- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;

- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares, entre vários outros.

Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

Os principais serviços ofertados pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva, assim como também, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. O PAIF consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

A Instituição CRAS atende prevenindo a ocorrência de situações de vulnerabilidade social e riscos sociais, desenvolvendo atividades e viabilizando meios que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários, assim como também para que caminhem na ampliação do acesso aos direitos.

Dentre as ações e atividades desenvolvidas pelo CRAS destacam-se:

- Recepção;
- Acolhida realizada por técnicos de nível médio;
- Acolhida realizada por técnicos de nível superior;
- Acompanhamento de famílias;
- Acompanhamento prioritário de famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF;
- (Acompanhamento prioritário dos beneficiários no BPC pessoas idosas);
- Acompanhamento prioritário dos beneficiários no BPC (pessoas com deficiência);
- Acompanhamento a famílias com presença de trabalho infantil;
- Acompanhamento a famílias atendidas com benefícios eventuais;
- Atendimento particularizado de famílias ou indivíduos;
- Grupo/oficina com famílias;

- Visitas Domiciliares;
- Deslocamento da Equipe para atendimento e oferta de serviço em localidades distantes;
- Palestras;
- Campanhas ou eventos comunitários;
- Apoio para obtenção de Documentação pessoal;
- Orientação/acompanhamento para inserção no BPC;
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial;
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas;
- Encaminhamento para obtenção de Benefícios Eventuais;
- Encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único;
- Acompanhamento dos encaminhamentos realizados entre outras.

Dessa maneira, nota-se que o CRAS vem sendo a porta de entrada para a inclusão social das famílias referenciadas do programa bolsa família, trazendo opções de cursos e oficinas que buscam profissionalizar os beneficiários para o mundo do trabalho. E trabalhando na prevenção de riscos sociais junto às famílias que passam por situações de vulnerabilidade social.

No próximo item caracterizaremos o CRAS do município de Remígio, local em que desenvolvemos o estágio supervisionado em Serviço Social.

3. CONHECENDO O CRAS DE REMÍGIO (PB) ENQUANTO CAMPO DE ESTÁGIO DO SERVIÇO SOCIAL

O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS da cidade de Remígio é identificado como CRAS - CASA DA FAMÍLIA e está localizado na rua: Emília Dias de Barros, N° 364, no centro da cidade, tendo como ponto de referência sua proximidade com o ginásio “O Geraldão”.

O CRAS da cidade de Remígio foi fundado em 01 de janeiro do ano de 2007. O que possibilitou sua fundação foi o aumento da demanda de pessoas que necessitavam dos serviços oferecidos pela instituição, assim como também, o fato de na época estar sendo implantadas diversas Instituições

CRAS em variados municípios, sendo esta uma iniciativa da Política Nacional de Assistência Social.

O espaço onde está localizado o CRAS é uma casa bastante ampla que é alugada pela prefeitura municipal de Remígio por meio de Contrato com o proprietário.

O CRAS funciona todos os dias semanais, sendo totalizadas oito horas diárias de serviços prestados por dia e com atendimento aberto ao público com abrangência municipal. Ressalta-se que a Assistente Social desenvolve uma jornada de trabalho de 30h semanais. Destaca-se que todos os profissionais da Instituição e demais funcionários prestam serviços por meio de contrato temporário.

Em parceria com o PRONATEC já foram disponibilizados para o CRAS os cursos de cuidador de idoso, cuidador infantil, recursos humanos, recepcionista, espanhol básico, inglês básico, operador de supermercado, organizador de eventos, auxiliar administrativo, cabeleireiro, agente de alimentação escolar, pedreiro e alvenaria. E em parceria com o SENAC já foram oferecidos os cursos de cabeleireiro e depilação. Já as oficinas são: patchwork, crochê, feltro e fuxico.

Além dos cursos e oficinas oferecidos, o CRAS de Remígio também realiza trabalhos de grupos em parceria com o NASF através dos técnicos de nível superior que são: Assistente Social, Psicóloga e Educadora Física, buscando cada vez mais incluir os grupos específicos de pessoas na sociedade como: Grupo de Idosos, Gestantes, Mulheres e será dado início ao grupo de Pessoas com Necessidades Especiais.

Já no que concernem às atividades voltadas para o público jovem, o CRAS trabalha em parceria com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, onde são desenvolvidos trabalhos didáticos e recreativos que trabalham temas transversais e oficinas de cultura e lazer, como por exemplo: aulas de música, teatro e jardinagem.

Outro trabalho que é realizado pelo CRAS são as entregas do Programa de aquisição de alimentos (PAA) às famílias cadastradas no Programa bolsa família, que é realizada a cada quinze dias. É interessante destacar que todos

os alimentos distribuídos com usuários do Programa são produtos produzidos por agricultores da cidade de Remígio que vendem seus alimentos.

O CRAS também já realizou através dos profissionais qualificados: atendimentos individuais, visitas domiciliares, encaminhamentos e acompanhamentos do BPC, acompanham as famílias beneficiadas pelo programa bolsa família, responde demandas judiciais, como, por exemplo, em casos de adoções de crianças, violência contra idoso, mulher e crianças. Como também referência ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. E ainda faz um trabalho direcionado aos idosos do abrigo que não tem condições de se deslocarem até o Serviço de Convivência.

No que tange aos recursos disponibilizados para atuação profissional no CRAS e o atendimento às demandas, são constatadas as mínimas condições materiais, a precarização do vínculo empregatício, a falta de capacitação permanente, a insuficiência na intersetorialidade no município, a falta de autonomia no espaço institucional, são estes alguns dos elementos que interferem diretamente na autonomia profissional da equipe que compõe o CRAS.

O profissional de Serviço Social que atua no CRAS tem um papel fundamental no desenvolvimento das ações desenvolvidas na Instituição. É um profissional imprescindível para a realização das atividades previstas no CRAS, a qual tem a função interventiva junto às famílias e comunidades, por meio de metodologias próprias e sistemáticas, tem também um papel fundamental no processo de efetivação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Os instrumentos e técnicas utilizados para desenvolver as ações pertinentes ao cotidiano do trabalho desenvolvido no CRAS pela Assistente Social são: a escuta, entrevista, orientação, planejamento, fichas de avaliação, visitas domiciliares, busca ativa, organização, sistematização, monitoramento e avaliação das ações dos serviços ofertados no CRAS.

O Assistente Social atua, ainda, na intermediação para a concessão de benefícios eventuais como: o auxílio funeral, o auxílio natalidade, o auxílio de segurança alimentar, passagens, aluguel social, exames, óculos, entre outros.

No ano de 2015 fomos recebidas como alunas do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba para desenvolver nosso estágio

supervisionado na Instituição CRAS de Remígio e a partir da entrada no campo tivemos total acompanhamento e apoio para conhecermos a prática profissional do profissional de serviço social.

4. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO E O PROJETO DE INTERVENÇÃO

A realização do estágio supervisionado é um momento bastante esperado na formação profissional, pois favorece uma aproximação com o cotidiano de trabalho de uma forma mais sistemática. Na área do Serviço Social através do estágio é possível apreender como as políticas sociais estão efetivamente estruturadas, quais as principais demandas, perfil de usuários, condições objetivas de trabalho, dentre outros aspectos.

De acordo com a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010, p. 11):

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais.

Dessa forma, os espaços socioocupacionais em que se insere a atuação profissional do assistente social são perpassados pelas contradições próprias da sociedade capitalista, as quais condicionam também a experiência de estágio. Daí a importância da supervisão de estágio tanto pelo profissional da instituição quanto pelo professor, supervisor acadêmico.

Vejamos o que nos diz Buriola (1999):

Desta forma, o estágio prático é essencial à formação do aluno de serviço social, enquanto lhe propicia um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista

possibilitar a elaboração de novos conhecimentos. (BURIOLLA, 1999. p.17)

Através deste componente curricular podemos, enquanto estudantes de Serviço Social, conhecer algumas das concepções teórico-metodológicas de trabalho que se fazem presentes em nosso contexto social, levando em consideração fatores determinantes como: a formação do profissional, o contexto social, político, histórico e cultural em que a atuação profissional está inserida. Este é um meio de integrar o acadêmico à realidade do contexto social, de modo a lhe oferecer subsídios que contribuam para a aquisição de novos conhecimentos que enriquecerão sua formação profissional.

Por sentirmos a necessidade de levar a informação à população que sofre com situações de violência dentro das famílias, para que pudessem conhecer formas de enfrentamento e prevenção, foi idealizado o projeto de intervenção com a temática “violência familiar”.

Ressalva-se que falar sobre violência familiar tem sido assunto de grande relevância em nosso contexto social, temática que se evidencia através dos meios de comunicação, como: jornais, revistas, televisão, internet, entre tantos outros. Desta maneira, nos dias de hoje, é notória a percepção de que a preocupação com a violência familiar praticada contra crianças, adolescentes, adultos e idosos, é crescente, devido aos altos índices de agressões noticiadas, principalmente, a agressão física, e, sobretudo, no que tange à ocorrência de violência psicológica, o que acaba afetando no desenvolvimento social dos indivíduos.

É compreensível a percepção de que nos últimos anos a violência familiar adquiriu uma dimensão ampla de problema social, e sendo bem mais abrangente que um problema moral, ela é vista como um problema de saúde pública, visto que se trata da violação da saúde física e mental de outro indivíduo.

Para fins deste trabalho caracterizamos aspectos referentes à violência familiar na sociedade contemporânea, visto as transformações que ocorreram nas configurações e nos arranjos familiares, priorizando a realidade das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e procuram o

atendimento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, através das ações de sua equipe de profissionais.

Notamos que no cenário em que estamos inseridos novas formas de organizações e arranjos familiares vêm configurando-se, sendo resultado de processos de transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que interferem nos valores e relações que pautam a família.

Ao longo do tempo a família foi caracterizando-se como um espaço de inserção social e de sociabilidade humana: os primeiros vínculos entre os indivíduos, espaço de construção dos sentimentos, afetos, mas também um espaço de reprodução das desigualdades, sofrimentos, carências e violações de direitos.

No entanto, percebemos também a falta de informação sobre os aspectos presentes na violência familiar, pois muitas vezes a “família” é o ambiente que mais tem sido espaço de ações violentas cotidianamente. Visto que os indivíduos, em sua maioria, acreditam ser violência apenas à agressão física, que machuca fisicamente, e não estão atentos aos diversos aspectos de violência que podem sofrer dentro do ambiente familiar, assim como muitos indivíduos também não sabem como agir frente aos atos violentos sofridos no seio familiar.

Explicitamos ainda que a escolha de trabalhar a temática violência familiar ocorreu de forma mais consolidada, por nós, em período de estágio no CRAS da cidade de Remígio, quando nos deparamos com muitas situações conflituosas envolvendo famílias, que eram vítimas de violência em seus diversos aspectos.

Passamos a acompanhar casos em que idosos, crianças, mulheres, pessoas com deficiências, todos estes sofriam algum tipo de violência no âmbito familiar. E, muitos destes casos, observávamos que as vítimas não sabiam como reagir às situações de violência, não tinham como buscar apoio, por medo, e por não saberem onde procurar.

Portanto, justificamos o nosso objeto de estudo para a elaboração do projeto de intervenção com o intuito de fazer com que os grupos referenciados pelo CRAS e SCFV reflitam sobre os diversos aspectos de violência praticados dentro dos lares, e deste modo, saibam como se prevenir e buscar apoio.

Este projeto foi direcionado para os grupos e o SCFV referenciados pelo CRAS, em especial as famílias que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. Ocorreu diretamente com os grupos de idosos, mulheres, e de crianças e adolescentes, assim como também pais e/ou responsáveis pelas crianças e adolescentes do SCFV, como também a toda a comunidade em torno do CRAS.

Como parte metodológica, utilizamos como estratégia de intervenção a técnica da palestra, que foi realizada com os grupos referenciados pelo CRAS e o SCFV, que procurou corresponder à necessidade dos argumentos e posicionamentos apresentados.

Para o desenvolvimento do referido projeto de intervenção foram realizadas palestras com a temática violência familiar, sendo uma palestra em cada grupo, no total de três grupos, (crianças e adolescentes, mulheres e idosos), referenciados pelo CRAS.

Cada palestra apresentou o seguinte roteiro:

- Momento de acolhida com dinâmica (cada grupo uma dinâmica diferenciada);
- Apresentação de slides (momento de discussão da temática);
- Apresentação de vídeos;
- Apresentação cultural (com convidados para encenação);
- Distribuição de folders para o público alvo.

Durante o desenvolvimento do projeto de intervenção tivemos total apoio da Assistente Social e dos demais profissionais do CRAS em sua totalidade, assim como da Secretaria de Assistência Social, o qual foi importantíssimo para programar e organizar cada palestra dispondo de recursos materiais e metodológicos.

Podemos ressaltar que durante o desenvolvimento do estágio a ação articulada entre os profissionais era perceptível, a qual é destacada como de extrema necessidade no âmbito da assistência social. De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2011):

Em virtude dos desafios impostos na atuação interdisciplinar na política de Assistência Social, considera-se importante a criação de espaços, no ambiente de trabalho, que possibilitem

a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho profissional e propiciem avanços efetivos, considerando as especificidades das demandas, das equipes e dos/as usuários/as. A construção do trabalho interdisciplinar impõe aos/as profissionais a realização permanente de reuniões de planejamento e debates conjuntos, a fim de estabelecer as particularidades da intervenção profissional, bem como definir as competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais e das especificidades do trabalho. (CFESS, 2011, p. 26)

Deste modo, notamos a importância que é dada aos trabalhos interdisciplinares dentro da política de assistência Social, pois estes são grandes facilitadores na discussão e, sobretudo, na reflexão sobre a prática profissional do assistente social.

Destacamos a participação com sucesso dos grupos e do SCFV, ambos apresentando ânimo para participar das atividades propostas, dialogando, e sempre ativos colaborando com nosso trabalho. Algumas pessoas ao final das palestras sempre nos procuravam para dizer o quanto se sentiam motivados a denunciar maus tratos que sofriam, ou que algum conhecido era vítima. Deste modo, reconhecemos a importância do referido projeto que não trouxe apenas informação, mas, que conscientizou o quanto é importante denunciar casos de violência no ambiente familiar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo para nossas considerações finais podemos mencionar o quão prazeroso foi estagiar no CRAS de Remígio, momento em que pudemos estar articulando nossos conhecimentos adquiridos no contexto da universidade à prática profissional.

O Serviço Social tem sua especificidade no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternizados, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas que a sociedade oferece e o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é a unidade por excelência onde o Assistente Social atua nas demandas que surgem oriundas destas necessidades e situações.

Trabalhar por meio da reflexão, da informação e, sobretudo da prevenção gera resultados oriundos de uma prática profissional voltada a uma assistência digna aos que vivem em condições de vulnerabilidade social.

Por meio do referido projeto foi possível fazer uma ponte entre o que prevê a política de assistência social e as necessidades da população usuária, sendo disseminadas informações para que todo e qualquer tipo de violência familiar seja enfrentado. Notadamente no decorrer das palestras, e, sobretudo, logo após, foi possível nos depararmos com situações reais em que pessoas passavam a relatar fatos vivenciados por elas dentro de seus lares.

Na maior parte dos casos a violência doméstica ou familiar atinge os grupos mais frágeis como crianças, mulheres e idosos, os quais, por uma condição de vulnerabilidade, não têm condições de enfrentar e romper com a violência de que é vítima. As crianças e os idosos ainda mais, pois estão numa fase da vida que requer o cuidado de outros membros da família. No caso das mulheres há a dependência financeira e/ou emocional dos parceiros que as fazem permanecerem em relacionamentos violentos. Dessa forma, quando a prática da violência vem de algum familiar, a situação se torna ainda mais dramática e delicada.

Nesse sentido, a relevância de trabalhar o tema se apresenta de forma explícita, pois as vítimas da violência doméstica ou familiar necessitam de apoio de profissionais preparados e de instituições que possam contribuir para a prevenção e o enfrentamento do problema.

Isto só aumenta o grau de produtividade e de quão importante foi o referido projeto, pois chamou a atenção daqueles que são vítimas de violência familiar para a realidade em que vivem. Podemos afirmar que os objetivos foram atingidos de forma satisfatória.

Podemos perceber a importância das famílias refletirem sobre diversas situações que enfrentam, pois muitas vezes há uma naturalização de determinadas práticas, as quais são reproduzidas de geração para geração. O trabalho com a temática violência familiar possibilitou maior apreensão de conhecimentos e informações acerca do tema, o que pode contribuir para práticas preventivas e de enfrentamento do problema.

Para o Centro de Referência de Assistência Social o esperado com este projeto de intervenção é que as/os participantes dos grupos e do SCFV referenciados pelo CRAS possam estar mais conscientes do que seja a violência familiar, e os aspectos que a denota, assim como também possam conhecer as formas de prevenção, proteção e apoio nos casos em que a violência já acontece.

ABSTRACT

The present work is the result of the experiences lived during the curricular component Supervised Internship in Social Work, realized in the Center of Reference of Social Assistance - CRAS of the municipality of Remígio / PB. The internship experience allowed us to approach the social worker more systematically, making it possible to understand the main demands and some of the challenges faced by the professional in the institutional routine. Considering that one of the main demands presented in CRAS related to family violence, our internship group formulated an intervention project that was implemented in both the CRAS and in the Service of Coexistence and Strengthening of SCFV Links. The justification for choosing the theme was the fact that CRAS can be considered as a privileged space for discussion about aspects of family violence, and above all, a space that acts through basic social protection, aiming at the prevention of risk situations. It is aimed at the population living in situations of social vulnerability, aiming at strengthening family and community ties. In this work we first present the CRAS inserted in the National Policy of Social Assistance, then we characterize the CRAS of Remígio. Later we present our internship experience and the intervention project developed, which aimed to disseminate to the target audience the aspects of family violence, so that it can be prevented, protected, and prepared to seek means of support when necessary.

Key Words: Social Assistance. CRAS. Family Violence.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Política Nacional de Estágio.
www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf

BURIOLLA, Marta Alice Feitin. **Estágio Supervisionado**. 2ªed. São Paulo, Cortez, 1999.

Conselho Federal de Serviço Social- CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília/DF. 2011

GERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: A tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez. 1998.

MAGALHÃES, Tereza. **Violência e Abuso: Respostas Simples para questões complexas**. Coimbra, 2010.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

ANEXOS

Fotos









Figura I: Slide de palestras para crianças e adolescentes do SCFV temática: Violência familiar



Fonte: Internet

Figura 2: Slide de palestras para grupo de mulheres do CRAS temática: Violência familiar



Fonte: Internet

Figura 3: Slide de palestras para grupo de idosos do CRAS temática: Violência familiar

REMÍGIO/PB

**VIOLÊNCIA FAMILIAR
CONTRA IDOSOS**

CRAS
CENTRO DE REFERÊNCIA
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

UEPB

Fonte: Internet